

Demonstrações Financeiras

Arco ILP S.A.

31 de dezembro de 2022



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Arco ILP S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arco ILP S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arco ILP S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 08 de abril a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



EY

Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC – SP241659/O

ATIVO	Notas	31/12/2022	PASSIVO	Notas	31/12/2022
Circulante		1.078	Circulante		-
Caixa e equivalentes de caixa	4	5			
Disponibilidades		-			
Títulos e Valores Mobiliários		5	Patrimônio líquido ajustado	7	6.482
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5	Capital Social		7.178
			Lucros (Prejuízos) Acumulados		(696)
Outros Créditos	5	1.073			
Impostos e Contribuições a Compensar		18			
Títulos e Créditos a Receber		1.055			
Permanente	6	5.404			
Investimentos		5.404			
Total do ativo		6.482	Total do passivo		6.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2022
Despesas operacionais	8	(779)
Resultado de participação em coligadas e controladas		(772)
Despesas administrativas		(5)
Despesas tributárias		(1)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(779)
Receita de intermediação financeira		83
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		83
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(696)
(Prejuízo) do exercício		(696)
Quantidade de ações		7.178.125
(Prejuízo) por ação		(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	7.178	-	7.178
Prejuízo líquido do exercício	-	(696)	(696)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>7.178</u>	<u>(696)</u>	<u>6.482</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

31/12/2022

Prejuízo do exercício	<u>(696)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(696)</u></u>
Resultado atribuível aos:	
Sócios controladores	(429)
Sócios minoritários	(268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

31/12/2022

Atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(696)
Ajustes ao (prejuízo)	
Resultado de participação em controlada	772
Prejuízo do exercício ajustado	<u>76</u>
Variações em ativos e passivos	
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(5)
(Aumento)/redução em outros créditos	(1.073)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	<u>(1.002)</u>
Atividades de investimento	
Investimentos	(6.176)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento	<u>(6.176)</u>
Atividades de financiamento	
Aumento de capital	7.178
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento	<u>7.178</u>
(Aumento)/Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa:	
No início do exercício	-
No fim do do exercício	-
(Aumento)/Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Arco ILP S.A, é uma sociedade anonima constituída em 08 de abril de 2022, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a participação direta e indireta em outras sociedades, seja como quotista ou acionista.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros avaliados pelo valor justo.

A Sociedade tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço.

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela Sociedade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3.2 Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado.

A Sociedade registra os demais instrumentos financeiros como custo amortizado, como é o caso de valores a receber pela prestação de serviços, adiantamentos a terceiros e valores de créditos fiscais a compensar.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 Redução ao valor recuperável

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Administradora em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.5 Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

3.6 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculadas com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas:

- (i) Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e
- (ii) Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida acrescida dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em títulos e valores mobiliário e demais resultados positivos obtidos pela Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5
Total	<u><u>5</u></u>

5. Outros Créditos

	<u>31/12/2022</u>
Impostos e Contribuições a Compensar	
Impostos retidos sobre serviços prestados	18
Títulos e Créditos a Receber	
Mútuo - Contrato Pessoa Jurídica	613
Aumento de Capital - Basement	442
Total	<u><u>1.073</u></u>

6. Permanente

	<u>31/12/2022</u>
Basement Soluções de Captação e Registro	
Patrimônio Líquido	8.313
Resultado do Exercício	(2.909)
Percentual de Investimento - 100%	<u><u>5.404</u></u>
Aquisição de 100% do Capital Social da Basement	6.176
Equivalência Patrimonial - Basement	(772)
Total de Investimento	<u><u>5.404</u></u>

7. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.178.124,90 (sete milhões, cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e noventa centavos) e está representado por 7.178.124 (sete milhões, cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro) quotas, integralmente subscritas e integralizadas.

8. Despesas e Receitas Operacionais

	<u>31/12/2022</u>
Resultado de participação em coligadas e controladas	

Receita de participação em coligada	131
Despesa de participação em coligada	(903)
Total	(772)
Despesas administrativas	
Despesas de publicações	(5)
Total	(5)
Despesas tributárias	
Outros impostos, taxas e contribuições	(1)
Total	(1)

9. Transações com Partes Relacionadas

Os valores abaixo referem-se a transações da Arco ILP S.A. com empresas coligadas e controladas. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	Ativo
	31/12/2022
Créditos a receber	
Mútuo - Contrato Pessoa Jurídica (i)	613
Aumento de Capital – Basement (ii)	442
	1.055

(i) Referente a mútuo concedido para a empresa Kria Investimentos Ltda., conforme contrato celebrado em dezembro/2020, no montante de R\$ 613 mil;

(ii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), transferidos para a empresa Basement Soluções de Captação de Registros Ltda. para suprir a necessidade de caixa, no montante de R\$ 442 mil.

10. Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos

financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

A Sociedade não registrou ativos contingentes no exercício, bem como não existem, na data das demonstrações financeiras, quaisquer processos classificáveis como de realização provável ou possível.

Da mesma forma inexistem passivos contingentes classificáveis como de perda provável, que requeiram provisionamento.

11. Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2022, não identificamos fatos relevantes que remetam à uma situação de deterioração de nossas operações e/ou negócios, até o presente momento. Contudo, a Vórtx seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

12. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

José Aparecido da Silva
Contador
CRC/SP nº 1SP152186/O-4

